

Governo diz que há “cerca de 100 mil hectares abandonados de eucalipto” em Portugal

18 de Janeiro, 2018

A área florestal portuguesa tem “cerca de 100 mil hectares abandonados de eucalipto”, afirmou ontem o secretário de Estado das Florestas, defendendo a reconversão destas plantações quando estão em áreas inadequadas em termos de produtividade, noticia a agência Lusa.

“É fundamental olhar para esses 100 mil hectares abandonados, mantendo eucalipto naquelas áreas onde a produtividade assim o permite e reconvertendo as áreas que não são as mais adequadas para a plantação de eucalipto”, declarou Miguel Freitas.

No âmbito de uma audição parlamentar na Comissão de Agricultura e Mar, requerida pelo BE, o governante anunciou a abertura de uma medida agroflorestal direcionada à zona piloto do Pinhal Interior para que se inicie o processo de substituição de áreas de eucalipto e de pinheiro por folhosas de crescimento lento.

“Em Pedrógão Grande, vamos abrir um primeiro anúncio, muito rapidamente, para fazer a substituição de áreas de eucalipto e de áreas de pinheiro por folhosas de crescimento lento”, avançou o secretário de Estado das Florestas, explicando que o objetivo é “criar descontinuidade e diversificação do mosaico da floresta portuguesa”.

Neste âmbito, o Governo pretende ainda adotar medidas para atrair o investimento dos proprietários florestais nas espécies de crescimento lento.

Respondendo às críticas do deputado do PSD Maurício Marques de que “nem as matas nacionais foram poupadas” nos fogos do último ano, Miguel Freitas afirmou que “nenhum fogo em matas públicas se iniciou dentro de uma mata pública”.

“Nenhum fogo numa mata pública deu-se antes de quatro horas daquilo que foi o início do incêndio. Quando os fogos chegaram às matas públicas já iam de tal forma que era muito difícil pará-los”, frisou o governante, defendendo que “as matas públicas estão muito melhor geridas do que a maioria da floresta portuguesa”.

Segundo o titular da pasta das Florestas, “até ao dia 14 de outubro havia 20 hectares arditos nas matas públicas”, pelo que a maior área arditada nas matas públicas se deveu à “excepcionalidade” do dia 15 de outubro, particularmente no litoral centro do país.

“Evidentemente, é preciso mais recursos, é preciso fazer melhor”, reconheceu Miguel Freitas.

Na audição parlamentar, o secretário de Estado das Florestas disse ainda que está a preparar “uma reforma profunda do ICNF [Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas], no sentido da territorialização”.

Relativamente à madeira ardida nos fogos do último ano, o governante referiu que “há cerca de dois milhões de toneladas de madeira boa ainda no terreno”, indicando que “ainda esta semana” serão constituídos “parques de madeira, cuja grande prioridade é a madeira de serração”.

“Toda a madeira de qualidade deve ser tirada e deve ser parqueada”, defendeu Miguel Freitas, explicando que se trata de madeira de pinho, em que das duas toneladas existentes, uma tonelada é de madeira pública e a outra tonelada é de madeira privada.

De acordo com o secretário de Estado das Florestas, a ideia do parqueamento visa “evitar aumentar as importações de madeira de pinho” até 2020.

Além destes parques, o Governo pretende criar “um parque de madeira do ICNF para armazenar 100 mil toneladas de madeira”, de forma a “agir sempre que necessário nas matas públicas”.

“Há um preço mínimo para a madeira de serração de 25 euros ao produtor mais quatro euros que o Estado vai dar ao produtor, portanto o produtor receberá sempre no mínimo 29 euros por tonelada de madeira de serração”, afirmou Miguel Freitas, explicando que a madeira será entregue a 46 euros no parque para garantir o custo da operação ao madeireiro.

Relativamente aos resineiros, o Governo está a preparar um programa para apoiar, “ainda este ano”, estes profissionais da área florestal.

“Vamos ter um trabalho com os resineiros, no sentido de os manter 12 meses na floresta”, informou o governante, precisando que a ideia é que estes profissionais desenvolvam “uma atividade a favor da floresta”, prestada como um serviço público, quando não estiverem a desenvolver a sua atividade económica.